

Carta de Princípios para o Ensino da Disciplina Mundo do Trabalho

Silvia Helena Barros Costa
Patrícia Ribeiro Feitosa Lima



2021

Ficha Técnica

Elaboração e organização

Silvia Helena Barros Costa

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima (orientadora)

Projeto Visual e Gráfico

Ana Paula Albuquerque de Sousa

Agradecimentos

Agradecemos aos professores das Escolas Profissionais que se dispuseram a participar desse momento de construção coletiva e reflexiva para a elaboração pedagógica de princípios para a disciplina Mundo do Trabalho.



Apresentação

Esta Carta de Princípios foi dirigida aos professores das Escolas Profissionais do Estado do Ceará, aos gestores, técnicos da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e Escolas e pretende constituir-se em uma reflexão acerca do trabalho humano. Resultado da pesquisa intitulada “A formação profissional para o Mundo do Trabalho em Escolas Profissionais da Rede Estadual do Ceará” do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação do Ceará, a “Carta de Princípios para a disciplina Mundo do Trabalho nas Escolas Profissionais Cearenses” é o Produto Educacional para o qual convergiram os esforços dessa investigação.

O presente documento foi constituído de dezenove princípios enumerados e distribuídos em relação ao planejamento, ao conteúdo programático e à avaliação, elaborados inicialmente, a partir de estudos da Base Nacional Comum Curricular (2017) e da Resolução do CNE/CP, Nº 01, de 05/01/2021 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) foi excluído da escrita da Carta porque esse documento não aborda a omnilateralidade. A esse exame acrescenta-se a pesquisa empírica realizada com seis professores da rede estadual que lecionam a disciplina Mundo do Trabalho em três escolas profissionais distintas e um denso referencial teórico no qual Marx, Gramsci e Paulo Freire se destacaram.



As contribuições advindas dos documentos e da empiria foram essenciais para lançar as bases da Carta de Princípios oferecendo sugestões a partir do estudo empreendido no ‘Caderno do professor’ do 1º e do 2º anos, material didático oferecido pela Secretaria da Educação (SEDUC) para orientar o trabalho pedagógico em sala de aula. Os princípios foram elaborados a partir da articulação entre os elementos teóricos e práticos intencionando colaborar com a formação integral e multidimensional dos alunos por meio das reflexões dos professores sobre o mundo do trabalho, no horizonte da omnilateralidade.

Assim, foi desenvolvida uma Carta de Princípios que apresentou a seguinte formatação: preâmbulo, objetivo geral, considerações sobre o Caderno do professor, a relevância do planejamento, o que é conteúdo programático, considerações sobre a avaliação e princípios.



Carta de Princípios para o Ensino da Disciplina Mundo do Trabalho nas Escolas Profissionais da Rede Pública Estadual

Preâmbulo

A proposta desta Carta de Princípios foi de sensibilização dos professores para a necessidade de uma formação discente que exceda os limites da preparação para o mercado de trabalho. As sugestões para a realização dessas aulas aconteceram através da problematização da realidade por meio do diálogo, da constatação que existe um distanciamento entre as classes sociais para, desse modo, almejar a construção de bases em que se possa conjecturar uma nova organização social.

Vale ressaltar que, os Princípios propostos nessa Carta não têm a intenção de questionar o trabalho atualmente realizado pelos professores, ao desenvolverem o currículo proposto no Ensino Médio Profissional, na disciplina Mundo do Trabalho. Inclusive, queremos destacar que as sugestões foram elaboradas a partir das reflexões feitas por esses profissionais, porém, é livre a aplicação e a recriação historicamente situadas dessas concepções na prática pedagógica dos professores.

A partir desse contexto observado, foram organizados princípios que abordam o planejamento, os conteúdos e a avaliação da disciplina, como sugestões de aprofundamento das atividades político-pedagógicas a respeito das condições intrínsecas ao processo formativo para o mundo do trabalho.



Objetivo da Carta de Princípios

Apresentar princípios norteadores da atividade teórico-prática de professores que lecionam a disciplina Mundo do Trabalho, a fim de subsidiar o planejamento, a mediação e a avaliação do Ensino Médio no contexto da Escola Profissional, com vistas à formação omnilateral.

Considerações sobre "O Caderno do Professor"

Os Cadernos do professor do 1º e do 2º ano constituem elementos do Plano de aula para os docentes ministrarem a disciplina Mundo do Trabalho. É um material voltado à formação para o mercado de trabalho, e, dessa forma identificamos que os professores realizam adaptações na apostila, aprofundam as discussões, recriam metodologias de ensino e inovam formas de planejar conforme as necessidades do processo ensino-aprendizagem.

Entretanto, perguntamo-nos se contribuímos para reproduzir o sistema ou se colaboramos para que o aluno compreenda outras bases possíveis para as relações sociais. Vamos pensar que a gênese do sistema está na compra e na venda da força de trabalho e, dessa relação, nascem o trabalho assalariado, o custo da produção menor que o dispêndio e o lucro que origina diferentes formas de propriedade privada.



Isso significa geração de desigualdade social radicada no modo de explorar o trabalho, sendo impossível construir sobre esse alicerce uma sociedade humanizada, livre da precarização do trabalho, da redução dos direitos provocando violência, do desemprego e da exclusão, dentre tantos outros malefícios sociais. A educação que aprova essas ideias, portanto, baseia-se na qualidade total, flexibilização, competências e habilidades, empregabilidade, dentre outras palavras-chave.

De outro modo, a educação omnilateral pretende formar homens livres, no sentido de homens comprometidos com a responsabilidade social e, que trabalham em favor da emancipação humana. Isso significa que o associativismo responderia pela criação de uma base material para suprir as necessidades de todos quantos ocupassem postos de trabalho, conforme suas condições e potencialidades, desfrutando do trabalho e do tempo livre.

Vale argumentar que o atual controle exercido pelo capital mantém a sociabilidade das relações e a consequente desigualdade social. Portanto, na escola, os professores são desafiados a realizar atividades emancipadoras ao invés de educação emancipadora e isso já é um grande passo em direção ao objetivo maior que é superar a sociabilidade do capital.



Relevância do Planejamento

O planejamento escolar é uma atividade que transcende os conhecimentos ensinados na escola porque reflete, em grande medida, os avanços da humanidade em termos de evolução científica, tecnológica, como também, o desenvolvimento das relações humanas. Nesse contexto, o planejamento escolar, numa concepção ampla, desempenha um papel de concatenação dos processos evolutivos da humanidade, consolidando a escola como uma instituição inorgânica capaz de socializar conhecimentos culturalmente acumulados às gerações vindouras.

E em um aspecto restrito, o planejamento escolar, por sua vez, organiza os extratos do conhecimento a fim de que possamos compreender o trabalho em suas facetas do processo produtivo, da evolução das relações de saber e de poder entre as classes sociais, do acesso ou da privação do conhecimento como forma de controle das estruturas sociais.

Sugerimos visualizar o planejamento enquanto atividade ligada a um contexto educacional, mas também social, econômico, político e, portanto, tem consequências ideológicas que irão fazer parte do modo de pensar e de interpretar a realidade.



O que é Conteúdo Programático

Não é salutar que os educadores, pensem sobre/na escola sem relacioná-la à coletividade, pois a educação, a escola, os alunos e suas famílias são parte da sociedade. Esse contexto, é de tal forma interligado que os conteúdos selecionados para compor o currículo são fruto das relações sociais, políticas e econômicas que acontecem a partir da busca do homem pela sobrevivência através dos tempos.

Os conteúdos colaboram para a composição de um currículo comprometido com as conveniências burguesas, cujo interesse primordial é a perpetuação da classe trabalhadora como mantenedora da produção de riquezas sem usufruir delas. Porém, especialmente os alunos que se preparam para o exercício das profissões, necessitam conhecer e distinguir os processos de produção do qual irão tomar parte para compreender os papéis a exercer, como também compreenderem a legislação que trata dos seus direitos trabalhistas, e/ou como o seu trabalho se relaciona com a sociedade. Sem essa compreensão não há como elaborar e/ou desfrutar de bens sociais tais como: o teatro, a leitura, as pinturas e a música que são representações complexas da cultura; sem capacidade de abstração, não há como acreditar que as mudanças são possíveis e que o trabalho e as relações sociais são frutos das relações humanas e não de entidades inatingíveis.



Assim, os conteúdos da disciplina Mundo do Trabalho necessitam ser trabalhados por meios variados, metodologia diversificada, construção do saber a partir da abordagem processual, coletiva e científica. Abordados qualitativamente os conteúdos promovem a competência humana criativa, irrepetível, própria dos sujeitos que não aceitam copiar os padrões de outras sociedades, mas criam soluções para responder às próprias indagações.

A disciplina Mundo do Trabalho apresentando reflexões políticas propicia que os alunos conheçam valores democráticos e éticos que os habilite a vencer os desafios sociais. Compreender as relações que existem entre o conhecimento e a realidade social e política do lugar em que vivemos contribui para nos empenharmos pela mudança da sociedade e da economia com características diferentes com as quais nos defrontamos. Concluimos que, a abordagem metodológica e política são respectivamente modos diversificados de construir o conhecimento e o vigor democrático e ético para enfrentar e promover luta e superação das desigualdades sociais.

Decerto, somente a escolarização não atingirá todos os patamares da compreensão humana a respeito do nível de consciência das pessoas sobre as relações democráticas que podem vir a se estabelecer. No entanto, se os homens não tiverem acesso a esses conhecimentos, tanto mais demorada será a transição para outro sistema em que se estabeleçam relações sociais mais igualitárias.

E como, grosso modo, os professores nem sempre concordam com as exclusões causadas pelo individualismo e a competição presentes na sociedade, lutam para transformar os conteúdos escolares em instrumentos de libertação.



Considerações sobre a Avaliação dos Conteúdos

A escola, atualmente, no ensino médio avalia os alunos por meio de provas, simulados, preparatórios para avaliações de sistema e para o ingresso no ensino superior com a finalidade de verificar o grau de desenvolvimento que os estudantes conseguiram atingir em relação a determinado conteúdo.

O objetivo dessa avaliação é classificatório e, às vezes, eliminatório. Tem como premissa a atribuição de conceito e/ou nota para que ao final do processo o aluno seja reconhecido como apto ou não apto a prosseguir para as etapas seguintes do processo educacional. Essa avaliação excludente é resultante do momento histórico em que a burguesia assumiu os rumos da produção e conseqüentemente da educação.

Hoje, utilizamos a expressão avaliação da aprendizagem, porém os exames rotineiros continuam a ser praticados. Consideramos que, de um lado a avaliação da aprendizagem é um processo acolhedor que visa o crescimento intelectual e a superação das dificuldades. De outro lado, as provas e exames numa perspectiva avaliativa voltada apenas para a somatória e a classificação, julgam, excluem e ativam em nós mecanismos de defesa que dificultam o diagnóstico e até mesmo o reconhecimento da adversidade como uma condição a ser melhorada.



A avaliação considerada como um mecanismo que pode promover inclusão e qualidade na aprendizagem fomenta atitudes de reflexão na proposta pedagógica escolar. Se acrescentarmos a essa expressão o termo qualitativa estaremos intensificando a formação humana e afirmando que estamos atentos se nesse processo os alunos se tornam capazes de trabalhar associativamente, de participar de um projeto coletivo criando laços de identidade e atuando de forma comprometida a fim de criar uma nova realidade.

Nesse quadro de ponderações sobre a avaliação visualizamos que a disciplina Mundo do Trabalho se baseia em um formato realizado por meio de atividades de interpretação e síntese dos conteúdos apresentados através de dossiês e culminâncias e pela efetiva participação dos alunos nas aulas através de trocas de conhecimentos entre docentes e discentes.

Por fim, a avaliação da aprendizagem na disciplina Mundo do Trabalho pode ser um instrumento para auxiliar o aluno a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para se constituir como sujeito e como cidadão, quando o professor promove o planejamento de uma aprendizagem voltada para a formação de valores coletivos e questionadores da exploração a que os trabalhadores são submetidos, convidando a escola para que responda pelo papel social de educar através de aulas que integrem a escola à vida dos alunos.

Os princípios apresentados para avaliação da aprendizagem refletem recomendações dos professores titulares da disciplina, bem como, complementado por minhas sugestões pessoais para dimensionar o componente da qualidade que permeia a realidade escolar.



Princípios

Do Planejamento

Princípio 1

O planejamento escolar enquanto atividade individual e coletiva docente deve ser um elemento integrador entre a disciplina Mundo do Trabalho e a organização de conteúdos, das metodologias e da avaliação voltados para a formação omnilateral.

Princípio 2

O planejamento escolar é uma atividade criadora organizada intencionalmente para interferir na história da humanidade. O ato de planejar pressupõe uma ação coordenada pela comunidade educativa para oportunizar ao aluno a compreensão do homem como um ser situado no seu tempo histórico projetando-se para vencer os obstáculos que se interpõem entre ele e a sua própria ação.





Princípio 3

O planejamento escolar demanda superar as concepções espontaneístas que estão incorporadas ao nosso ser de forma inconsciente e automatizada para promover o desenvolvimento de novas relações sociais complexas rumo à formação omnilateral.



Princípio 4

A realização do planejamento escolar aponta para as variáveis dos contextos social, educacional e econômico nos quais deseja interferir, porém, o êxito das ações evoca readequações durante o período em que é projetado, implementado e avaliado.



Princípio 5

O ato de planejar a aula transporta o professor para o amanhã, renuncia resultados idealizados por meio da capacidade que o ser humano tem de se projetar. A formação omnilateral promove mudanças no presente, considerando a realidade do homem como ser histórico de ontem e de hoje para articular ações que construam o futuro.





Princípio 6

O planejamento de aulas voltadas para a formação omnilateral favorece a formação do aluno academicamente autônomo, capaz de relacionar os conteúdos com a realidade, de modo que, o conhecimento sirva de base para aprendizagens que não se restringem à escola, mas se ampliam para a vida.

Do Conteúdo Programático



Princípio 7

A interdisciplinaridade respeita e acolhe os saberes disciplinares, os conceitos científicos, as práticas culturais e históricas. Considerada como uma postura atitudinal, busca superar a fragmentação do conhecimento na educação profissional buscando saberes ainda não alcançados.



Princípio 8

A formação escolar aborda o conceito de cultura como os conhecimentos, os valores, os costumes e as crenças adquiridos nos relacionamentos sociais. A cultura estudada como meio de impactar o comportamento humano manifestando os conceitos de mundo, de família e de trabalho, revelando a essência do ser.





Princípio 9

Os membros da escola carregam consigo uma cultura resultante das relações (re) criadoras da vida cotidiana. Essa cultura ligada ao contexto sociopolítico exterior à escola pode referendar uma concepção conservadora da realidade, as divisões de classes, os preconceitos de gênero e de raça, necessitando ser discutida, avaliada, (re) planejada para mediar vínculos solidários, conciliar conflitos e reelaborar a convivência humana, para cumprir os objetivos a que se destina a escola numa perspectiva de transformação social.



Princípio 10

A ciência é um patrimônio da humanidade capaz de cooperar com a equipe escolar para integrar o estudo do desenvolvimento das forças produtivas com o equilíbrio das novas formas de trabalho e da sustentabilidade do planeta.



Princípio 11

A tecnologia pode ser dimensionada no aspecto benéfico do avanço do trabalho digital criando profissões e protagonizando o progresso da humanidade. Em decorrência disso, os alunos compreenderiam a necessidade de investimentos na educação profissional a fim de se capacitarem para o ingresso no mundo do trabalho ou no favorecimento ao acesso de profissões autônomas com possibilidade de resultados assertivos.





Princípio 12

Realização de atividades de caráter revolucionário para os alunos compreenderem que revolução é a mudança da forma de trabalho assalariado para o trabalho associado. Atividades que redundariam na compreensão do trabalho como resultante da atividade humana e não de forças naturais ou sobrenaturais; das contradições e da alienação que transbordam das relações entre as classes sociais; do conhecimento dos trabalhos que fundaram as sociedades primitivas, escravista, feudal e hoje o trabalho assalariado; da compreensão das possibilidades reais e dos impedimentos do papel da educação nessa mudança; do engajamento dos homens na construção possível de um novo modelo social. O saber revolucionário não se ocupa do poder hegemônico e nem politiza os saberes historicamente acumulados pela sociedade.



Princípio 13

O trabalho como princípio educativo se torna parte da formação dos alunos quando aborda a trajetória sobre os processos históricos e ontológicos desenvolvidos pelo homem em busca da sobrevivência. Isso não significa portanto, estudar a teoria ou a prática do trabalho. Nesse aprendizado que privilegia a multilateralidade, os alunos podem compreender o trabalho como atividade criadora e vislumbrar as atividades profissionais como direito individual a que todos devem ter acesso e como direito coletivo garantindo produção e sobrevivência grupal. Pela prática pedagógica percebem que o modo de produção do capital cria impedimentos para a apropriação cultural, espiritual e humana submetendo o trabalhador aos anseios da produção e afastando-o da formação integral. Portanto, o trabalho como princípio educativo lança o aprendizado para além do mercado de trabalho, suscitando outra concepção de formação humana.





Princípio 14

A pesquisa como princípio educativo necessita estar presente em todas as modalidades de ensino, respeitando os graus de desenvolvimento da maturidade cognitiva, social e intelectual dos alunos. No ensino médio a pesquisa assume a condição de superar a repetição das informações e dos conteúdos e passa a gerar saberes, podendo contribuir para a elaboração de questões investigativas ou para motivar estudos emancipatórios sobre o trabalho.

Da Avaliação da Disciplina



Princípio 15

A avaliação pedagógica escolar utiliza provas e exames como meios de ‘medir’ o desempenho dos alunos. Esse procedimento favorece aos ideais da sociedade burguesa excludente e competitiva. Ao contrário, a avaliação da aprendizagem é acolhedora, apontada como um horizonte a ser praticado e permite que os alunos elaborem seu projeto de vida mobilizando seus próprios saberes.



Princípio 16

A formação política dos alunos pressupõe aquisição de conhecimentos para realizar uma avaliação crítica da realidade e lhe propiciar elementos para a elaboração de um projeto de vida baseado na cidadania, no respeito aos direitos humanos e no respeito à natureza.





Princípio 17

A didática reprodutivista cria impedimentos à constituição da competência humana, pois ao caracterizar o ensino como treinamento, são reduzidas as possibilidades da construção do conhecimento de forma autônoma. Desse modo, no que se refere à avaliação como ‘mensuração de conhecimentos’, a avaliação meritocrática e/ou a avaliação como premiação e/ou como castigo constituem modelos a serem superados pela escola profissional.



Princípio 18

O apoio dos demais segmentos pedagógicos da escola como a Sala de Multimeios, laboratórios de Informática e de Química, como também a utilização de materiais de apoio e a colaboração de profissionais da escola e de outras instituições, favorecem a construção do conhecimento e a organização de um processo avaliativo em que a aula, a prova e a nota não ocupem papel central.



Princípio 19

A escola primando pela realização do planejamento, das atividades e da avaliação que conduza à formação humana revolucionária na perspectiva coletiva cria oportunidades de formação igualitária para todos.



Sobre as Autoras



Silvia Helena Barros Costa

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (1989) e graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Pós-graduada em Gestão Escolar (1997) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Curso de Especialização em Literatura e Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Ceará (2010). É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).



Patricia Ribeiro Feitosa Lima

Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus Fortaleza*, onde atua na Pós-Graduação como docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Possui graduação em Educação Física pela Universidade de Fortaleza UNIFOR (CE), Especialização em Treinamento desportivo pela Universidade Veiga de Almeida, UVA (RJ), mestrado em Educação em Saúde pela Universidade de Fortaleza UNIFOR (CE) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP (SP). Atualmente realiza estágio pós-doutoral em Educação pela UNESP. É Editora Associada da Revista *Research, Society and Development* de Universidade Federal de Itajubá, UNIFEI (MG); Editora da Seção da Revista *Conexões, Ciência e Tecnologia* (IFCE); e, revisora de periódicos da Revista *Educação Física, Saúde e Esporte*, REFISE (IFCE). Professora do Projeto de Professores de Educação Física Sem Fronteiras de *Fédération Internationale Education Physique* (FIEP) desde 2008.

